

# Villas Boas com herança: dívida

ELIANA LUCENA

O novo presidente da Funai, Alvaro Villas Boas, traça um quadro caótico da Fundação, que nos últimos anos esteve mergulhada em crises sucessivas — no governo passado passaram seis dirigentes pela Funai. O órgão gasta, atualmente, Cr\$ 120 milhões por mês com a hospedagem de índios nos hotéis de Brasília, segundo revelou Villas Boas, e está tão endividado pela má aplicação dos recursos que boa parte dos 22 bilhões que o Ministério do Interior está liberando para a Fundação será empregada no pagamento dessa dívida.

Acusado de adotar uma atitude autoritária com os índios, Villas Boas, que durante vários anos dirigiu a Delegacia da Funai em Bauru, rebate as críticas afirmando que "autoritárias são as pessoas que nos últimos anos se apossaram da Funai, provendo uma verdadeira indústria do índio".

Villas Boas acusa diretamente antropólogos e indigenistas que ele demitiu da Funai de terem "politizado o índio no mau sentido". Ele explica que não é contrário à participação do índio na vida da Funai, mas a nível regional. "Para mim, levar um índio do Amazonas, que vive uma realidade específica, para resolver o problema do índio que vive no Sul do País é uma atitude demagógica. O índio deve participar da solução dos problemas que envolvem a sua comunidade, mas a visão geral da política indigenista, quem deve ter é a Funai."

A presença maciça dos índios não apenas na sede, em Brasília, mas também nas delegacias regionais, é encarada pelo novo presidente da Funai como fruto de um lobby formado para manipular o índio. "Além

disso — afirmou — as administrações anteriores da Funai introduziram o famoso 'jeitinho brasileiro' para resolver os problemas que os índios levavam aos dirigentes da Funai, muitos deles difíceis de ser resolvidos. Os índios aprenderam a receber dinheiro, pequenos favores e outras facilidades. Dessa forma, a Funai virou um caos, a ponto de tornar-se um organismo quase inviável. Basta dizer que desde que assumi o cargo, jamais pude trabalhar em meu gabinete, a não ser cercado de índios que fazem todo o tipo de reivindicação."



Ele salienta que os índios que vivem "em constante estado de contestação", na verdade representam cerca de 10% do total de grupos indígenas que vivem no País, mas a situação que criam, deixando os dirigentes da Funai em constante sobressalto, acabam por atingir os índios que vivem em suas aldeias.

Villas Boas não se considera um indigenista paternalista, afirmando que, enquanto esteve à frente da Delegacia de Bauru, os índios desenvolveram as suas lavras e outros pro-

jetos foram implantados. "O paternalismo, no caso do índio, deve existir em determinadas situações, quando lidamos com tribos pouco aculturadas" — disse ele. "Até um governo, diante de determinadas situações, também precisa tomar atitudes paternalistas. Na verdade, não sou eu o conservador, mas sim as pessoas que querem manter a Funai na mesma situação. Eu represento o perigo de destruição de uma estrutura viável, que alimenta uma verdadeira indústria do índio. As pessoas que querem manter esta situação agem por uma

postura ideológica, por interesse pessoal ou por desconhecimento da causa indígena ou então pela soma de todas essas razões. Estas correntes, nos últimos anos, monopolizaram a Funai."

Villas Boas acredita que a Funai saiu de uma situação de autoritarismo que caracterizou os governos militares, para cair no autoritarismo das correntes lideradas por grupos de indigenistas e antropólogos que assumiram postos de direção na Funai, junto com o ex-presidente Ju-

randyr Marcos da Fonseca. "A postura do branco em relação ao índio — defende — deve ser de respeito à cultura do índio, mas alguns grupos querem levar o índio a um engajamento político partidário. Este é um tipo de politização no mau sentido, pois o índio deve ser preparado para lutar pelos interesses de sua comunidade, em sua área".

## Descentralização

O governo, segundo afirmou Villas Boas, está empenhado em reformular a Funai para que a sua presença chegue até as aldeias. "O objetivo do ministro do Interior, Ronaldo Costa Couto — disse ele — é de dar maior autonomia às delegacias regionais". Ele não concorda com a acusação de que o governo Sarney não está interessado em fazer com que a Funai funcione, para dessa forma contribuir com a atividade de grupos econômicos interessados na exploração de riquezas nas áreas indígenas. "Se o governo não estivesse empenhado em dinamizar a Funai — afirmou —, providenciaria a estadualização da Fundação e a questão do índio passaria a ser tratada pelos governos estaduais. O governo continua dando prioridade à questão do índio, que é um problema complexo, cansativo e oneroso".

Com a descentralização, Villas Boas acha que o órgão central poderá cuidar melhor do planejamento global da Funai. "Hoje em dia — salientou —, o presidente da Funai e os diretores são obrigados a cuidar de casos isolados. Me dói saber que enquanto gastamos milhões de cruzeiros para hospedar índios em Brasília, falta merenda escolar nas aldeias, veículos, escolas, etc..."

## Funai gasta bastante em sua estrutura

A Funai vive, há vários anos, um quadro totalmente distorcido no que se refere à aplicação dos seus recursos orçamentários. Dos 56 bilhões destinados à Fundação em 1985, somente Cr\$ 14 bilhões beneficiariam diretamente os grupos indígenas e o restante deveria sustentar a enorme estrutura mantida em todo o País, que emprega três mil funcionários. Estes servidores a partir deste mês vão constituir uma folha de pagamentos da ordem de Cr\$ 10 bilhões mensais. Vinte por cento dos funcionários da Funai, a grande maioria lotada nas sedes das delegacias regionais em Brasília, são índios.

A situação no órgão chega a ser absurda, em alguns casos. Enquanto vários postos enfrentam problemas sérios de falta de técnicos especializados, de medicamentos e meios de transportes, no ano passado, os aviões da Funai fizeram 123 vôos para o Parque Indígena do Xingu, e só nos três primeiros meses deste ano os vôos para o parque atingiram 57. Já para se chegar à aldeia de Canabiri, dos índios Ianomami, situada perto do pico da Neblina, em Roraima, região onde a Funai não mantém seus aviões, viaja-se um mês e meio de barco.

Um exame no orçamento para 85, que foi consumido em quatro meses, indica outras distorções: a Assessoria de Estudos e Pesquisas da Funai, por exemplo, contava com apenas Cr\$ 30 milhões para os seus programas em 85 e a delegacia da Funai em Manaus, responsável pelo atendimento de 84 mil índios, com um orçamento de Cr\$ 800 milhões. Enquanto isso, a Funai liberou Cr\$ 500 milhões para a construção de uma aldeia nova para 300 índios txucarramãe do parque do Xingu, liderados pelo cacique Raoni.

O desvio de recursos para o atendimento direto das tribos indígenas vai agravando-se ao longo do ano, com as reprogramações que são feitas, sempre em detrimento dos índios. Os recursos para 85, em função da grande movimentação de índios que permaneceram durante meses em Brasília para acompanhar a sucessão na Funai, foram totalmente consumidos, e a Funai, segundo informações do Ministério do Interior, ainda tem para saldar na praça uma dívida de quase Cr\$ 9 bilhões.

(Brasília/Ag. Estado)